

## **EMERGÊNCIA E CRÍTICA DO CONCEITO DE “ALUNO- EMPREENDEDOR” NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

**RESUMO:** Este artigo busca realizar reflexões sobre o conceito de “Aluno-empREENDEDOR” na educação profissional, por meio de uma pesquisa bibliográfica. Primeiramente, analisa-se, em uma breve sistematização histórica, como o conceito de Educação Profissional surgiu na sociedade brasileira para atender as novas demandas de trabalho e produção da época, e seu desenrolar até os dias atuais. Este conceito de educação profissional, atrelado à educação formal, levou a um conceito de “Aluno-empREENDEDOR”, consoante uma atualização do discurso ideológico da educação profissional, passando da lógica de treinamento para novos termos, tais como, “flexibilidade”, “Aprender a Aprender”, como novos formatos de adaptação ao mundo/mercado do/e trabalho. No mais, especificamente, este trabalho objetiva responder à emergência e à crítica ao conceito do “Aluno-empREENDEDOR”, uma educação que estabelece uma relação descolada entre a formação empREENDEDORA, a realidade social dos alunos e às exigências do mundo do trabalho.

**Palavras chaves:** Aluno-EmpREENDEDOR. Aprender a Aprender. EmpREENDEDORISMO. Flexibilidade. Educação Profissional.

**ABSTRACT:** This article seeks to consider the concept of the student-entrepreneur in professional education through bibliographic research. Firstly, on analyzing it from a brief historical perspective, how the concept of professional education emerged in Brazilian society with the objective of addressing the new demands for work and production, from that time until now. This concept of professional education linked to formal education, introduced the concept of the student-entrepreneur according to an update of the ideological discussion, going from logical training, to new ideas such as “flexibility”, “learn to learn” and new ways to adapt to the world and the market place. More specifically, this work has as its main objective, to provide answers to the urgent situation and satisfy the critics, on the concept of the entrepreneurial-student by advocating an education that establishes a detached relation to the entrepreneurial training, to the social reality of the students, and the requirements in the market and working world.

**Keywords:** Entrepreneurial-student. Learn to learn. Entrepreneurship. Flexibility. Professional Education.

### **INTRODUÇÃO**

Neste artigo, tratar-se-á de pontos relevantes para o entendimento de emergência e crítica ao conceito de aluno-empREENDEDOR na educação profissional de jovens e adultos através de pesquisa bibliográfica. Na seção “Histórico da Educação

Profissional no Brasil”, iniciaremos com a história da educação para o trabalho, e que está relacionada entre outros fatores, com o atendimento das exigências da economia, das articulações políticas, e a urgência da formação técnica do trabalhador, desde o início do desenvolvimento industrial até os dias atuais. O “Conceito de Empreendedor”, informamos os dados históricos, significados, transformações e os espaços que o tema empreendedor alcançou com o passar do tempo no âmbito da educação. E na seção posterior, trataremos do conceito de flexibilidade na concepção de ensino aprendizagem do aluno-empresendedor e sua responsabilização pelo sucesso de seu projeto profissional e como forma de se estabelecer no mundo do trabalho através de sua criatividade. A pedagogia do “Aprender a aprender”, segundo Newton Duarte (2008), sintetiza que esta criatividade não deva ser a superação do sistema capitalista, mas sim, formas de superação deste sistema capitalista e encontrar uma ação para melhor adaptação da sociedade. Como por exemplo, “enfraquecer as críticas ao sistema e fortalecer a luta com outras questões, como ética na política e na vida cotidiana pela defesa dos direitos do cidadão e do consumidor, respeito às diferenças sexuais, étnicas ou de outra natureza”.

## 1. HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

A história da educação para o trabalho ou educação profissional, está relacionada entre outras, com o fim da escravidão, atrelado ao despreparo da população local que se tornou livre e posteriormente, à vinda dos imigrantes. À época do desenvolvimento industrial houve a necessidade de mão de obra especializada para atender a demanda do desenvolvimento econômico brasileiro.

Neste período, na década de 1930, Rocha (1997, p. 46) cita que “as transformações também aparecem na escola do trabalho. Toda uma ideologia vai se estruturando no sentido de que a educação deve formar o homem brasileiro, que seria um elemento de produção, necessário ao progresso da nação”.

Com o discurso de escola profissionalizante, o fordismo-taylorismo apresentou-se como forma de sistematização da produção, tendo como papel principal o trabalhador, que se tornara indispensável para o processo de desenvolvimento da indústria automobilística, criando-se a escola profissional de mecânica em parceria com

o Liceu de Artes e Ofício de São Paulo e o Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional.

A Constituição Brasileira de 1937 foi a primeira a tratar especificamente do ensino técnico, profissional e industrial, estabelecendo no artigo 129 que os ensinos pré-vocacional e profissional se destinavam às classes menos favorecidas, sendo em matéria de educação o primeiro dever do Estado. Cumprir-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos estados, dos municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. Era dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regularia o cumprimento desse dever e os poderes que caberiam ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público.

O SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial surge em 1942, para atender a necessidade do governo no desenvolvimento da indústria, com o objetivo de formação para os trabalhadores.

Em 1946 foi criado pelo Conselho Nacional da Indústria, o Serviço Social da Indústria – SESI, no intuito de aperfeiçoar a mão de obra do trabalhador da indústria.

O SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - foi criado em 1946 pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) a fim de promover curso e formação profissional para trabalhadores do comércio. (CUNHA, 2005).

As instituições acima citadas são as mais antigas do chamado "sistema S", atualmente, são segmentos diferentes que contribuem com o sistema S e são as empresas privadas que pagam contribuições que serão repassadas para estas instituições. (BRASIL, 2016, p. 1).

Nos anos 1990, ocorreram a abertura da economia e o desenvolvimento da globalização. Empresas multinacionais se instalaram no Brasil, houve a ampla influência internacional Estado Mínimo – Neoliberalismo, no Governo Fernando Henrique Cardoso, nas propostas apresentadas para a educação profissional em nosso país, no intuito de melhorar e preparar trabalhadores para as novas tecnologias. (CIAVATTA & FRIGOTTO 2003).

Alguns organismos internacionais, na mesma década, também tiveram forte influência sobre a educação, visando atender as novas demandas econômicas com a abertura do mercado, são eles:

- FMI – Fundo Monetário Internacional;
- BID – Banco Mundial;
- BIRD – Banco Interamericano de Desenvolvimento;
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento;
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

Na América Latina:

- CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe;
- OREALC – Oficina Regional para a Educação na América Latina e no Caribe;
- ALCA – Acordo de Livre Comércio das Américas.

Ainda na década de 1990, foram criados o PLANFOR (Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador) vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, o PROEP (Programa de Expansão da Educação Profissional) vinculado ao Ministério da Educação. PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. Estes programas tinham o respaldo jurídico do decreto assinado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, o Decreto nº 2.208, revogado pelo Decreto n. 5.154/04, em acordo com o MEC e o Banco Mundial. A educação profissional passa a ser desenvolvida em articulação com o ensino regular e em modalidades que contemplavam estratégias de educação continuada, podendo ser realizada em escolas do ensino regular, em instituições especializadas ou nos ambientes de trabalho. A educação no ensino básico estaria destinada à qualificação e profissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia.

Quanto aos conteúdos que deverão ser estudados nesta nova divisão da Educação Profissional voltada ao mercado de trabalho, a percepção que se tem é de que quem analisa o que é necessário para a formação dos jovens trabalhadores é o empresário, e não mais os profissionais da educação. Além do Português e da Matemática, uma nova disciplina surge: a capacidade de trabalhar em grupo e de se adaptar a novas situações. (CIAVATTA & FRIGOTTO 2003).

O Art. 41 da Lei No 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), define que, “o conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no

trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos”. Ampliam-se os pontos de oferta de educação profissional como forma de inclusão e democratização, entretanto, não consideram a precarização da educação, a baixa escolarização, e resultam que estas ofertas de qualificação e profissionalização dão origem aos cursos de curta duração com o foco em treinamento, empregabilidade e que não têm como objetivo a formação de caráter integral, mas sim, a oportunidade de certificação de estudos que não assegurará a permanência no mercado de trabalho, a qualidade da aprendizagem e nem a inclusão. Conseqüentemente, muitos jovens e adultos ficaram em desvantagens na conquista e no ingresso no mercado de trabalho.

Em 2003, surge o PNQ (Plano Nacional de Qualificação) como reforma e novas propostas ao PLANFOR. Uma das prioridades do PNQ é destinada aos jovens de 16 a 24 anos, de baixa renda e baixa escolaridade, e tem como proposta combinar permanentemente a elevação de escolaridade de jovens e adultos, sendo o trabalho uma forma de geração de renda e não apenas para a empregabilidade. Fundamenta-se em seis dimensões principais: política, ética, conceitual, institucional, pedagógica e operacional, cujas concepções são: o reconhecimento da Educação Profissional como direito, como política pública e como espaço de negociação política; exigência de integração entre educação básica e profissional, para o que a duração média dos cursos passe a ser estendida para 200 horas; reconhecimento dos saberes socialmente produzido pelos trabalhadores; exigência de formulação e implementação de projetos pedagógicos pelas agências contratadas; garantia de investimentos na formação de gestores e formadores; a implantação de um sistema integrado de planejamento, monitoramento, avaliação e acompanhamento dos egressos; a integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda entre si e destas com relação às Políticas Públicas de Educação e Desenvolvimento; transparência e controle no uso dos recursos públicos (BRASIL, 2003, p. 20-21).

Em 2005, foram criados o PROJOVEM com a medida Provisória n. 238, com o objetivo de elevar a escolarização de alunos do ensino fundamental, articulado à qualificação profissional e cidadania. E o PROEJA, Programa de Nacional de Integração de Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

## 2. CONCEITO DE EMPREENDEDOR

Palavra de origem francesa, “*entrepreneur*”, no final do século XV e início do século XVI a utilizavam para referir-se a “homens da coordenação de operação militar”. Escrita na língua inglesa como “*intrepreneurship*”, era utilizada para referir-se aos “homens de negócios”. No contexto econômico, o termo empresário relacionado ao empreendedorismo foi utilizado no século XVII por Richard Cantillon (1680-1734), estabelecendo os fundamentos do empreendedorismo (os riscos e incertezas de acúmulo do capital) e o papel do empreendedor na economia. Para o autor, o empresário (empreendedor) vivia de salário, e deveria suportar os desafios do mercado, que era incerto (COAN, 2012).

Há diversos significados relacionados ao conceito de empreendedor, um de ordem econômica, que visam lucros, vendas, novos negócios, fortalecimento da moeda e desenvolvimento econômico. O outro conceito de ordem comportamental refere-se aos que possuem criatividade, criticidade, que gostam de correr riscos, possuem determinação, habilidade de liderança, competitividade, imaginação, sonhos, flexibilidade, ou seja, “um empreendedor é uma pessoa que imagina, desenvolve e realiza visões” (FILION, 1991, p.19).

Criaram-se outros termos como intra-empreendedor, utilizado em empresas já existentes, como ferramenta para inovação e competitividade. Contudo, atrelado a atender ao desenvolvimento econômico e a fortalecer a ideia de uma sociedade homogênea, característica do sistema capitalista, responsabilizando os indivíduos pelo fracasso ou sucesso de um negócio, de sua vida, por possuir ou não habilidade e competência que o manteriam no mundo do trabalho.

[...] aquele capaz de deixar os integrantes da empresa surpreendidos, sempre pronto para trazer e gerir novas ideias, produtos, ou mudar tudo o que já existe. É um otimista que vive no futuro, transformando crises em oportunidades e exercendo influência nas pessoas para guiá-las em direção às suas ideias. É aquele que cria algo novo ou inova o que já existe e está sempre pesquisando. É o que busca novos negócios e oportunidades com a preocupação na melhoria dos produtos e serviços. Suas ações baseiam-se nas necessidades do mercado. (FELIPPE, 1996, p. 10).

Empresas de consultoria, como o SEBRAE, que visam atender as necessidades dos que desejam abrir seu primeiro negócio empreendedor ou de micro e pequenas empresas já existentes intra-empreendedor, auxiliam na identificação da má gestão dos negócios e como manterem um bom posicionamento no mercado, no intuito de conservar uma sociedade de empreendedores, que possibilitem melhores resultados em

investimento social e local. Devido a esta importância econômica e para geração de empregos, atualmente, o conceito de empreendedor está presente nas disciplinas escolares. Segundo Dolabela, (2003) foi em São Paulo, na Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas na década de 1981 que se iniciou o ensino de empreendedorismo. A partir daí houve um crescimento da presença deste tema em todos os níveis de educação, no ensino fundamental, médio, graduação e pós-graduação.

Com o objetivo de desenvolver uma cultura empreendedora, em 1992 surgiu a Escola de Novos Empreendedores – ENE – desenvolvida pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

A “Pedagogia empreendedora”, desenvolvida por Fernando Dolabela, (2003) destaca a importância que os empreendimentos têm para o desenvolvimento de uma forma sustentável, na construção do futuro pela comunidade, estimulando a capacidade de escolha do aluno. A proposta da pedagogia empreendedora baseia-se nos quatro pilares da educação, presentes no relatório organizado para UNESCO por Jacques Delors, “aprender a ser, aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver com os outros”. (COAN, 2012). O “aprender a empreender” desenvolvido por Fernando Dolabela visa atender alunos da educação básica e à preparação do indivíduo para participar ativamente da construção do desenvolvimento social, com vistas à melhoria de vida da população e eliminação da exclusão social (COAN, 2012). Ainda de acordo com Dolabela, (2003 p. 32), empreender é um processo de aprendizagem “em que o indivíduo constrói e reconstrói ciclicamente a sua representação do mundo, modificando-se a si mesmo e ao seu sonho de autorrealização em um processo permanente de autoavaliação e autocriação”. A partir desta colocação, está presente a lógica neoliberalista, o aluno-empreendedor é o único responsável pelo fracasso ou sucesso de seu projeto, desde que através do ensino aprendizagem o aluno tenha adaptabilidade e seja um sujeito flexível para obter êxito.

### 3. EMPREENDEDORISMO E FLEXIBILIDADE: UMA LEITURA CRÍTICA

No conceito mercadológico a palavra flexibilidade surge com o sistema de produção da Toyota, o mesmo trabalhador realizava diversas funções, a produção era conforme a demanda e a necessidade da empresa. Em meados da década de 1970, no momento em que grandes indústrias se viram com um excedente de produção, a estagnação de produção de bens, assim como fábricas, equipamentos ociosos, recessão

e inflação de preço, o sistema capitalista entrou em um novo ciclo de reestruturação do capital. David Harvey (1993) chamou essa nova reestruturação de “acumulação flexível”.

É flexível, [...] se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 1993, p. 140).

As tentativas de recomposição da unidade no trabalho pedagógico decorrem principalmente do princípio da flexibilidade como condição para a produção segundo a demanda, o que gera a necessidade não mais de produzir estoques de mão-de-obra com determinadas competências para responder às demandas de postos de trabalho cujas tarefas são bem definidas, mas para formar trabalhadores e pessoas com comportamentos flexíveis, de modo a adaptarem-se com rapidez e eficiência a situações novas, bem como criarem respostas para situações imprevistas. Do mesmo modo, a superação da linha de montagem fordista, com seus bem definidos postos e sua relação homem máquina, pelas células de produção onde alguns trabalhadores apenas devem deixar as máquinas trabalhar, apenas preparando o necessário para o seu funcionamento, reforça a ideia da flexibilidade. (KUENZER, s.d, p.10).

Gramsci (1978) cita que a partir das relações de produção e das novas formas de organização do trabalho, são concebidos e veiculados novos modos de vida, comportamentos, atitudes, valores. (KUENZER, s.d, p.2). Portanto, no campo educacional, o ser empreendedor, também sugere para o aluno o sentido de flexibilidade para que possa desenvolver suas competências e obter o sucesso desejado, em detrimento do esvaziamento da educação, que passa de uma lógica do ensino para uma lógica de treinamento. Newton Duarte (2008) defende que a pedagogia das competências integra uma corrente educacional contemporânea, a que chama de pedagogias do “aprender a aprender”, que considera esta forma de aprender “uma arma na competição por postos de trabalho na luta contra o desemprego”, que para o autor, “sintetiza uma concepção educacional voltada para uma constante e fatigável adaptação à sociedade regida pelo capital”, adaptando o indivíduo a um sistema de coesão social, onde a educação é esvaziada e substituída pela formação curricular voltada para a educação profissional e que visa atender à necessidade do desenvolvimento econômico e interesses financeiros.

O modelo econômico capitalista que induz o indivíduo a deixar a escola para trabalhar é o mesmo modelo que exige que se tenha estudo para melhorar o desempenho no mundo do trabalho. Inseridos em dificuldades e estigmas impostos pelo sistema para estes jovens e adultos, sua condição de desenvolvimento e criticidade histórica fica comprometida pelo esvaziamento de sentido de sua participação na escola. Abordar temas de empreendedorismo para um público de EJA no período do ensino fundamental, não é desmerecê-lo no sentido de entendimento do assunto, mas não se considera o que este aluno necessita, qual a sua história e sua vida financeira e social.

Conforme Artigo 205 da Constituição de 1988 a educação é um direito de todos e dever do Estado, entretanto, o Estado desenvolve programas que não consideram a formação integral do aluno, como educação para emancipação, mas visam atender às exigências do mercado capitalista. O conceito de aluno empreendedor pode gerar empregabilidade, todavia, a ausência de oportunidade de ingresso no mundo do trabalho, e a situação de pobreza, o conceito de aluno empreendedor reforça o sentido de responsabilização do aluno pela situação em que se encontra, e que o aluno por iniciativa própria buscará desenvolver suas habilidades empreendedoras, e que são os responsáveis pelo sucesso ou fracasso na sua vida profissional. Cria-se um distanciamento entre o tema e o meio socioeconômico em que este aluno está inserido. O desemprego dos alunos não fará com que abram um negócio e que gerem empregos, mas sim, que busquem os trabalhos informais.

[...] o desemprego (que bateu em 8,2% em fevereiro nas seis maiores regiões metropolitanas, segundo IBGE) empurrou para as ruas centenas de novos vendedores de milho, tapioca, DVDs, peças de celular, brinquedos, roupas, calçados, bijuterias e muitas outras mercadorias. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, on line).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi desenvolvida através de reflexões teóricas, em que se pode perceber que a abordagem voltada para a educação profissional pode ter um papel mais desafiador e relevante para o “aluno-empendedor”. No texto *Valores e Objetivos na Educação*, escrito em 1971, Dermeval Saviani, reflete sobre a necessidade de pensar a condição de um novo sujeito a partir dos valores que permeiam a formação do homem.

Para ilustrar com mais precisão essas ideias, segue uma transcrição de Saviani:

Do ponto de vista da educação o que significa, então, promover o homem [...] significa tornar o homem cada vez mais capaz de conhecer os elementos de sua situação para intervir nela transformando-a no sentido de uma ampliação da liberdade, da comunicação e colaboração entre os homens. Trata-se, pois de uma tarefa que deve ser realizada. Isto nos permite perceber a função da valoração e dos valores na vida humana. Os valores indicam as expectativas, as aspirações que caracterizam o homem em seu esforço de transcender-se a si mesmo e à sua atuação histórica; como tal, marcam aquilo que deve ser contraposição àquilo que é. A valoração é o próprio esforço do homem em transformar o que é naquilo que deve ser (SAVIANI, 1996, p.38).

A educação profissional atrelada à educação formal teria um desempenho diferenciado e de fato formativo, se o Estado não tivesse um sistema educacional alinhado apenas para política de desenvolvimento econômico, e também, se constasse como objetivo, um olhar emancipador e humanista para as atividades desenvolvidas para a educação e para o conceito de aluno-empresendedor. O Estado deveria considerar as diferenças sociais e regionais da sociedade brasileira, pois em uma sociedade desigual, existem jovens e adultos a quem o acesso para as oportunidades do mundo do trabalho é nulo. Sem contar, que são indivíduos sem acesso a cultura, a saúde, ou a infraestrutura básica. Ou seja, o conceito de aluno-empresendedor não é para todos e não foi pensado para todos.

O grande instrumento do Estado é o Direito, isto é, o estabelecimento das leis que regulam as relações sociais em proveito dos dominantes. Através do Direito, o Estado aparece como legal, ou seja, como “Estado de direito”. O papel do Direito ou das leis é o fazer com que a dominação não seja tida como uma violência, mas como legal, e por ser legal e não violenta deve ser aceita... ,ou seja, a dominação de uma classe por meio de leis é substituída pela representação ou ideias dessas leis como legítimas, justas, boas e válidas para todos. (CHAUÍ, 1988, p. 90-91).

A emergência e crítica ao conceito de aluno-empresendedor está na necessidade de ser revisto o conceito na sua base ideológica, que visa a atender à exclusivamente, à lógica capitalista, conceito que tem em sua formação o treinamento para o mundo do trabalho e alienação do indivíduo, em que através do Estado, a classe dominante monta um aparelho de coerção e de repressão social que lhe permite exercer o poder sobre toda a sociedade, fazendo-a submeter-se as regras políticas e de Direito. (CHAUÍ, p. 90).

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Políticas Públicas de Emprego. **Plano Nacional de Qualificação – PNQ: 2003-2007**. Brasília, 2003.

Senado Federal. Agência Senado. **Sistema S**: 2016. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s>>. Acesso em: 25 fev. 2016.

CHAUÍ, Marilena S. **O que é ideologia**. 27ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

ClAVATTA, M; FRIGOTTO, G. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 24, n.º. 82, abr. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v24n82/a05v24n82.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2016.

COAN, Manival. **Educação para o empreendedorismo como estratégia para formar um trabalhador novo tipo**, IFSC/UFSC no IX Anped Sul, 2012.

CUNHA, Luiz Antonio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. 2ª Ed. Brasília: Flacso, 2005.

DOLABELA, F. **Pedagogia empreendedora**. São Paulo: Editora de Cultura, 2003.

DUARTE, Newton. As Pedagogias do aprender e algumas ilusões da sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões. **Sociedade do conhecimento ou Sociedade das ilusões**, 1ª Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

FELIPPE, Maria Inês. **Empreendedorismo: buscando o sucesso empresarial**. Sala do Empresário, São Paulo, 1996, v.4, n.16, p10-12 (suplemento).

FILION, Louis Jacques. **O planejamento do seu sistema de aprendizagem empresarial**. *RAE – Revista de Administração de Empresas*. FGV, São Paulo, jul./set.1991.

[FOLHA DE SÃO PAULO]. **Desemprego leva mais camelôs às ruas e ao metrô de SP**. Joana Cunha. 27 mar. 2016. on line. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/03/1754413-desemprego-leva-mais-camelos-as-ruas-e-ao-metro-de-sp.shtml>> Acesso em: 27 mar. 2016.

HARVEY, David. **Do fordismo à acumulação flexível**. In: A condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1993, p. 140.

KUENZER, Acácia Z. **Exclusão incluyente e inclusão excludente**: A nova forma de dualidades estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. Disponível em: <[http://forumeja.org.br/go/files/13%20Exclusao%20Includente%20Acacia%20Kuenzer\\_1.pdf](http://forumeja.org.br/go/files/13%20Exclusao%20Includente%20Acacia%20Kuenzer_1.pdf)>. Acesso em: 13 mar. 2016.

ROCHA, Marisa Brandão. Das artes e ofícios ao ensino industrial: continuidades, adaptações e rupturas na construção da identidade do Cefet/RJ. Niterói, UFF: **dissertação de mestrado (Campo de Confluência: Trabalho e Educação)**; 1997.

SAVIANI, Demerval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 12ª Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

